

GOVERNO FEDERAL VAI ASSUMIR OBRAS EM TRECHO DA BR-381

Em evento com o presidente Lula em BH, ministro dos Transportes anuncia que ligação entre Caeté e a capital será retirada de projeto de concessão rodoviária

BERNARDO ESTILAC E BRUNO NOGUEIRA

Em uma das falas mais esperadas da primeira visita de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Minas Gerais, o ministro dos Transportes, Renan Filho, confirmou a expectativa de trazer anúncios importantes para o setor rodoviário do estado, e apresentou as propostas de assumir as obras de duplicação da BR-381 entre BH e Caeté e de repasse de verbas para obras no Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo. Com o governo federal tomando a frente do gargalo da 'Rodovia da Morte' na chegada da capital, esta parte da via é retirada do projeto de concessão da estrada até Governador Valadares.

Renan Filho confirmou que a duplicação do trecho da BR-381 que compreende a saída de Belo Horizonte até o município de Caeté ficará a cargo do governo federal e pediu ajuda do prefeito Fuad Noman (PSD) e do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), para realocar as famílias que ocupam as margens do trecho urbano. As obras são uma das principais demandas feitas ao governo Lula e remontam a um problema que já dura décadas.

Conforme antecipado pelo Estado de Minas, o projeto era um dos anúncios esperados para o evento de Lula no Minascentro, na Região Centro-Sul de BH. Renan Filho afirmou que é um compromisso dele publicar o edital de obras no trecho até o dia 30 de abril. "É o trecho mais importante e complexo, porque implica em desapropriações. Eu quero dizer ao governador Zema e ao prefeito Fuad que, na semana após o Carnaval, eu vou voltar a Minas Gerais e percorrer a BR-381 até a região de Ipatinga", disse o ministro.

Renan ainda pediu um esforço conjunto entre o governo federal, estadual e municipal, para que as famílias sejam retiradas com "humanidade". O ministro ressaltou que o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e sua pasta não possuem uma secretaria para dar apoio na realocação.

RETIRADA DA CONCESSÃO

O trecho em questão compreende ao chamado 'gargalo' da BR-381, onde o trânsito é perene na saída e chegada à capital mineira. Trata-se de um dos pontos mais complicados da via, onde as obras de duplicação sig-



ALEXANDRE GUZANHE/EM/DA PRESS

MINISTRO RENAN FILHO PEDIU AJUDA AO GOVERNO E AO PREFEITO PARA REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE MORAM ÀS MARGENS DA VIA QUE RECEBERÁ PROJETO COM RECURSOS FEDERAIS

nificam a desapropriação de cerca de 2 mil famílias que vivem em moradias precárias às margens da Rodovia da Morte.

Em novembro do ano passado, um leilão de concessão da rodovia entre BH e Governador Valadares, na Região do Vale do Rio Doce, terminou sem interessados, e a privatização da estrada, bem como as obras para sua duplicação e demais melhorias, foi adiada. Este foi o terceiro pregão deserto na tentativa de repassar o trecho à iniciativa privada desde 2013. No caso de não haver interessados numa quarta tentativa, o presidente disse que

colocará as Forças Armadas para fazer as obras na pista.

Conforme apurado pela reportagem, eventuais interessados se afastam da rodovia pelos riscos relacionados à instabilidade geológica dos arredores da estrada e a necessidade de remover milhares de famílias que vivem às margens da via, o que causa insegurança jurídica. Com a União assumindo a responsabilidade por um dos trechos mais sensíveis da Rodovia da Morte, acredita-se que a ideia da concessão possa atrair mais empresas. O esforço do governo

ANEL RODOVIÁRIO

Entre os anúncios feitos por Renan Filho estavam a criação de dois viadutos no Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo. O aporte para a medida será de R\$ 65 milhões e faz parte da agenda do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3) para a primeira fase de obras na via. Foi assinado um convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para a construção de alças de acesso entre o Anel Rodoviário e a BR-040 e a ligação com a Via Expressa. "Isso vai reduzir o estreitamento que a cidade sofre na saída da capital, melhorando a fluidez no trânsito e, consequentemente, a vida da população", disse o ministro.

federal, portanto, é no sentido de criar um cenário mais favorável para as concessionárias interessadas.

"A iniciativa privada fez algumas ponderações, quem é mineiro sabe que o risco não pode ser todo transferido para o privado naquela rodovia. Por quê? Porque o sujeito vai lá e faz a obra, aí depois vem uma chuva muito forte e a rodovia cede. Como a iniciativa privada vai assumir sozinha a obrigação de fazer aquele trecho novamente? Porque, obviamente, o recurso privado tem que ter uma lógica de retorno", disse o ministro em entrevista coletiva.

O ministro explicou a ideia do governo federal e os valores estimados tanto para as obras como para o remanejamento das famílias. Ele ainda afirmou que não haverá cobrança de pedágio no trecho, mesmo com a concessão do restante da rodovia. "Não haverá pedágio porque esse é um trecho urbano e não haveria praça de pedágio naquela região mesmo que ela estivesse na concessão. Nós vamos publicar um edital até o dia 30 de abril, por isso a gente não tem exatamente o volume de investimentos, mas é da ordem de R\$ 1 bilhão". ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Página: 8